



# Até quando?

*As crianças, os adolescentes e os jovens são as principais vítimas da violência comunitária, fenômeno que adquire um impacto cada vez mais dramático, em especial nos grandes centros urbanos*

*Por Jailson de Souza e Silva, coordenador-geral do Observatório de Favelas do Rio de Janeiro*

A violência nas comunidades e nas ruas possui um aspecto tipicamente urbano e seus atores fundamentais são a polícia e os jovens. Caracterizada como agressões realizadas contra crianças, adolescentes e jovens em logradouros públicos (ruas, comunidades populares, condomínios etc.), esse tipo de violência ocorre, em particular, nas periferias dos grandes centros e tem atualmente como um de seus principais motivadores a organização de grupos criminosos armados com domínio de território.<sup>1</sup> Os grupos mais visíveis são os vinculados ao tráfico de entorpecentes, mas também os grupos paramilitares estão ampliando suas bases territoriais. Os grupos estão dominando, de forma progressiva, atividades “legais” como venda de gás, transporte alternativo, segurança privada etc. O fato demonstra que na dinâmica da violência comunitária as políticas públicas inadequadas, em particular no campo da segurança urbana, aliada à desigualdade social e ao consumismo podem ser mais determinantes que a pobreza econômica.

Nos últimos anos, a violência comunitária contra crianças, adolescentes e jovens tem aumentado de forma progressiva em todo o mundo. Manifesta em particular como violência letal, seus maiores focos estão nos países da América Latina e do Leste Europeu que fizeram a transição para a economia de mercado e, entre os países ricos, os Estados Unidos. O crescimento da desigualdade social e de posições políticas xenofóbicas e racistas são elementos que têm contribuído para esse processo de recrudescimento da violência.

Desenho de Leandro, de 11 anos, que reproduz cena de violência. A ilustração é proveniente do Concurso de Desenho Infantil “Crescer Sem Palmada”, realizado em 2003 pelo LACRI/IPUSP

Pesquisas realizadas em diversas capitais do país demonstram os vínculos entre as taxas de mortalidade por homicídio e indicadores de desenvolvimento social.<sup>2</sup> Porém, para que seja possível realmente compreender o grau de incidência do fenômeno, sem tirar conclusões com base apenas no senso comum, na mídia e nos boletins de ocorrência – que normalmente mostram uma visão depreciativa do jovem pobre –, a complexa relação entre violência e indicadores socioeconômicos deve ser aprofundada.

No que diz respeito à distribuição da violência comunitária pelo território brasileiro, o estudo *Violência Letal, Renda e Desigualdade Social no Brasil*, feito em 2001 pelos pesquisadores Ignácio Cano e Nilton Santos, indica que variáveis socioeconômicas, separadamente, não explicam as diferenças nos índices de violência letal nos estados. A análise do fenômeno em áreas metropolitanas no Brasil revela que o número de homicídios é mais alto nos bairros pobres e mais baixo nas áreas ricas das cidades. No en-

## Enquanto os pobres são criminalizados e violentados por policiais, os mais ricos são acobertados pela condição social e raramente acabam punidos

tanto, ao comparar os estados brasileiros, os mesmos autores concluem que as variáveis renda, educação e desigualdade têm impacto menos significativo nas taxas de homicídios do que a variável urbanização. Ou seja, as municipalidades com alta proporção de população urbana detêm taxas muito mais altas de homicídio.

Essa hipótese é confirmada na pesquisa realizada por Barata no estado de São Paulo, em 2000. Ela identifica uma proporção maior de homicídios em municípios com renda elevada em relação àqueles com renda mais baixa. Aponta, então, a alta densidade populacional dos municípios analisados como principal variável explicativa, o que pare-

<sup>1</sup> Grupos criminosos armados com domínio de território é uma classificação utilizada pelo Observatório de Favelas para os tradicionais grupos identificados como traficantes de drogas e as quadrilhas paramilitares, identificadas como “mineira”. A perspectiva, com essa nova denominação, é tentar elaborar uma melhor interpretação da diversidade de atividades nas quais esses grupos vêm se envolvendo, que incluem atividades lícitas e ilícitas. A característica marcante desses grupos é o uso de armas de fogo de alto calibre, que originalmente foram empregadas para a defesa de pontos-de-venda de drogas; nos últimos anos, elas passaram a ser utilizadas como instrumento de extorsão, coação e pressão, na comunidade e fora dela. O uso de armas possibilita um processo de territorialização crescente, no qual o território dominado passa a funcionar como a base das atividades exercidas pelo grupo.

<sup>2</sup> Cf. Barata, 1998; Cardia e Schiffer, 2002; Cardia, 2003; Paim, 1999; Macedo, 2001; Lima e Ximenes, 1998; Beato, 2001.

ce correto, desde que essa variável seja associada a outras. Ainda na definição do recorte territorial da violência, um estudo realizado pelo Núcleo de Estudos da Violência (NEV) da Universidade de São Paulo, em 1999, também revelou que os jovens moradores da capital paulista estão mais sujeitos à morte por homicídio que os residentes do interior. Para os do sexo masculino com idade entre 15 e 19 anos, a mortalidade proporcional passou de 21 por 100 mil para 71 por 100 mil no período de 1965 a 1995.

### **“Não dá pra esconder a cor”**

A partir do início da década de 1980, a presença de crianças, adolescentes e jovens nas ruas dos grandes centros urbanos brasileiros passou a ser vista, de forma geral, como um problema social. Essa crescente visibilidade e as violências sofridas por eles estimularam a mobilização de setores da sociedade civil e da opinião pública, às vezes em direções opostas. As manifestações mais difusas e hegemônicas eram caracterizadas pelo discurso conservador, que estabelecia uma associação direta entre o crescimento da criminalidade urbana e os adolescentes e os jovens oriundos dos espaços populares. O debate da época, em certa medida, foi dominado pela busca de formas para “conter a delinquência juvenil”, uma forma notória de violência comunitária.

Nos últimos anos, todavia, o quadro vem se alterando. É, por exemplo, significativo o crescimento da participação de grupos integrados por adolescentes e jovens dos setores médios em quadrilhas dedicadas à prática de atos de vandalismo, tráfico de drogas, furtos e assaltos, como evidencia a pesquisadora Teresa Pires do Rio Caldeira no livro *Cidade de Muros: Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo*, Editora 34, EDUSP, (2003). É razoável levantar a hipótese de que, se não for tomada nenhuma atitude, muitas dessas gangues juvenis de classe média tendem a desenvolver atividades criminosas mais sofisticadas e com maior potencial letal.

Assim, a presença de adolescentes e jovens infratores de diversos grupos sociais representa diferentes aspectos da delinquência juvenil. A forma de tratamento, porém, tem ainda um forte peso da condição de classe. Enquanto os pobres são criminalizados e violentados por policiais, os mais ricos são acobertados pela condição social e raramente acabam punidos. Essa situação é uma variável significativa para o processo de disseminação da violência entre os grupos sociais médios. Um dos melhores exemplos é o caso do assassinato do índio pataxó Galdino, em Brasília. Os assassinos usufruíram todas as possibilidades legais e sociais possíveis para se livrarem das punições ou ao menos amenizá-las.

Por outro lado, os jovens pobres autores de atos infracionais, em posição social subalterna na sociedade ainda marcada pelo racismo e pelas lógicas *sociocêntricas*, formam um grupo vulnerável à ação violenta e desrespeitosa das autoridades, que incorporaram em suas práticas a distinção de classe, cor e condição social. Uma das variáveis responsáveis pelo assassinato dos adolescentes e jovens nos centros urbanos é a imagem construída, em relação a uma parcela deles, pela sociedade e pela mídia. Falamos, nesse caso, dos que carregam em seu corpo o que pode ser denominado “kit estigma”: ser jovem, do sexo masculino, negro, pobre e morador da periferia ou da favela. Além disso, grande parte da imprensa apresenta a criança e o adolescente infratores como pessoas perigosas, sobre as quais deve incidir alguma ação punitiva que vá além das medidas socioeducativas, e a sociedade constrói uma imagem negativa de seus es-

paços de moradia. Como se o simples fato de viver na favela ou na periferia determinasse o seu potencial infracional.

No texto *Elemento Suspeito: Abordagem Policial e Discriminação na Cidade do Rio de Janeiro*, de Ramos e Musumeci, publicado no boletim *Segurança e Cidadania* número 8 do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania, da Universidade Cândido Mendes, de 2004, é relatado um interessante levantamento que envolveu 2.250 pessoas da população carioca, com idade entre 15 e 65 anos, abordadas por policiais a pé nas ruas. Ele revelou que 24,4% tinham idade entre 15 e 19 anos (em contraste com 12,6% dessa faixa etária na população) e 33,5% entre 20 e 29 anos (contra 24,4% dessa faixa na população). Quando parados pela polícia, os mais jovens, por sua vez, foram mais revistados do que as outras faixas etárias (49,5% dos jovens de 15 a 19 anos e 56,3% dos jovens entre 20 e 24 anos, em contraste com apenas 24,9% dos que tinham entre 40 e 65 anos). Os autodeclarados pretos foram revistados em 55% das vezes em que foram parados, em contraste com os brancos, revistados em 32,6% das vezes.

As abordagens a pé na rua ocorrem com muito mais frequência nos bairros de subúrbio e na zona oeste (área pobre da cidade do Rio). Na zona sul (área mais rica da cidade), predominam as abordagens em veículos (*blitz*). Jovens de grupos focais ouvidos nessa pesquisa disseram que aqueles sistematicamente parados pela polícia têm o apelido de “freio de camburão”, pois são, no cotidiano das ruas, identificados pelo policiamento ostensivo como “suspeitos”. Eles garantem que muitas variáveis entram em jogo para a fixação dessa representação, entre elas o uso de cordão de ouro, roupas, boné e o tipo de cabelo. Mas a cor é o fato mais determinante. Como disse um dos jovens, “cordão de ouro dá para esconder, a cor não”.

O antropólogo inglês Luke Dowdney em seu livro *Crianças do Tráfico – Um Estudo de Caso de Crianças em Violência Armada Organizada no Rio de Janeiro*, de 2003, enfatiza a mentalidade dominante na polícia, centrada na idéia de que o jovem negro morador da favela é culpado até provar inocência. Isso leva o policial a atirar primeiro e perguntar depois e à morte de muitos inocentes. Esse tipo de comportamento da polícia nas favelas, o tratamento que ela inflige a moradores inocentes, a execução extrajudicial de suspeitos e de inocentes, os altos níveis de corrupção e a impunidade aparente criam nos moradores desses locais a sensação de abandono total pelo Estado. É o que os estimula a aceitar e depender de um sistema de justiça informal criado pelos traficantes, a “lei do tráfico”, que se torna a única opção de ordem social.

Outra consequência possível é a revolta e o ódio contra a polícia, que os estimulam a se unir às facções como forma de vingança. Essa revolta pode ser percebida no depoimento sincero de um morador de favela, publicado no livro de Dowdney: “A violência policial agride muito a criança e o adolescente... porque no horário da criança vir pra escola a polícia tá dando tiro. [...] A criança tá descendo pra escola e vê o pai sendo morto por um policial fardado ou vê sua mãe ganhar tapa na cara de um policial fardado. Essa criança cresce como? Vendo a boca de fumo como recurso de se vingar”.

A mídia colabora na construção dos estereótipos reforçando a idéia do “menor infrator”. A criminalização do adolescente empregado, por exemplo, no tráfico de drogas reforça uma imagem negativa e repulsiva deste em relação à sociedade (*veja capítulo sobre a violência na mídia na página 70*). Dessa forma, ele passa a ser visto como uma

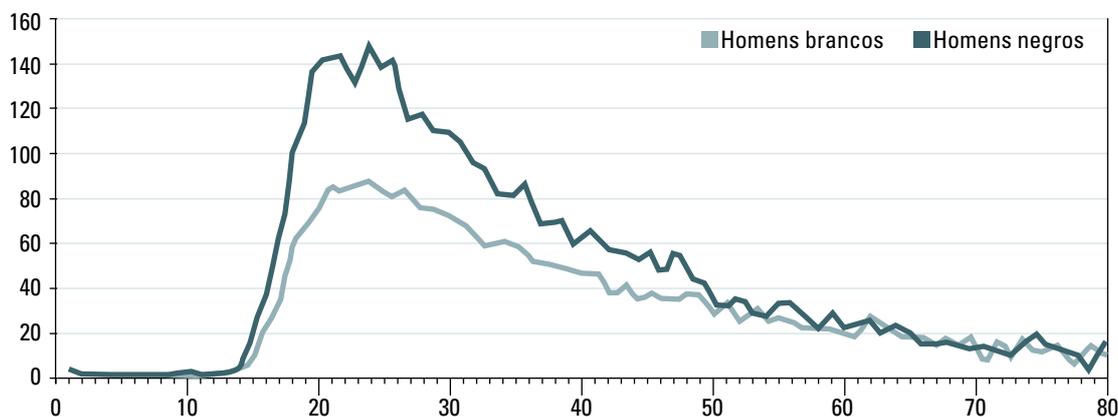
ameaça social, um inimigo da ordem social que precisa ser controlado ou mesmo, para muitos, eliminado. Isso tem reflexo direto na forma como a polícia trata essas crianças e adolescentes, como demonstram os dramáticos episódios da chacina de Acari, Vigário Geral, Candelária e a mais recente, da Baixada Fluminense. Todas realizadas por integrantes das forças policiais, assim como tantas outras, diluídas no cotidiano do país. As mortes provocadas pela polícia, no Rio de Janeiro, cresceram mais de 300% de 1999 a 2003. A prática amplifica a espiral da violência e demonstra o descontrole da ação letal da polícia no estado.

### Marcados pelo preconceito

O reconhecimento de que a maior incidência de violência comunitária ocorre nos centros urbanos deve ser acompanhado da compreensão de suas especificidades espaciais. Em cidades turísticas, por exemplo, existe a preocupação em relação às gangues de “menores infratores”, que “atacam” turistas próximos aos hotéis e pontos turísticos. Também quanto às crianças em situação de rua, que, muitas vezes, praticam atos de violência como forma de obtenção de dinheiro para alimentação ou, em alguns casos, o consumo de drogas.

Esse cenário gera no morador comum da cidade muita insegurança, por expressar um aspecto da “desordem” urbana, e uma certa preocupação econômica, por afastar os turistas. As crianças e adolescentes que se encontram nas ruas passam a ser vistos por amplos setores da população como um problema que exige soluções enérgicas e rápidas. Fica clara a percepção fragmentada do tecido socioespacial da cidade. Um cidadão simplesmente rejeita o outro, não o reconhece como pertencente à mesma cidade. Em função desse caldo de cultura, marcado pelo preconceito, e da estratégia policial hegemônica, dentre outras variáveis, as taxas de homicídios para jovens brancos e negros, no Brasil, mostram não só a acentuada incidência entre homens jovens (cujo risco de morte violenta já começa aos 12 anos) mas também as diferenças marcantes entre homens brancos e negros. Na faixa de 19 a 22 anos, as taxas de homicídio dos jovens negros é 2,3 vezes maior que a dos jovens brancos, já muito elevada (*veja gráfico 1*).

**Gráfico 1 - Taxas de Homicídios de Homens por Raça e Idade. Brasil, 2000**



Fonte: Borges, D. com dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade – DATASUS.

Cabe considerar, também, que as taxas de violência letal se distribuem de forma acentuadamente desigual nas cidades. No Rio de Janeiro, por exemplo, as taxas de homicídio chegam a mais de 60 por 100 mil habitantes em bairros de subúrbio e na zona oeste, enquanto se mantêm no patamar norte-americano em bairros como Copacabana e Ipanema (5 por 100 mil habitantes). Em Belo Horizonte, as áreas com incidência de homicídios coincidem com as favelas e aglomerados. Essa distribuição produz um efeito que especialistas chamam de “geografia da morte” nas cidades, que se combina com a “idade da morte” e a “cor da morte”.

### **Jovens são as principais vítimas**

A constatação de que o fenômeno não se dá apenas entre os mais pobres desmistifica a visão, tão disseminada no senso comum, de que pobreza e violência andam lado a

## **A crescente vitimização dos jovens vem se caracterizando pela ampliação crescente da letalidade. A vitimização fatal é maior que a autoria de crimes violentos**

lado. Também revela que a compreensão mais apurada do fenômeno deve levar em conta a existência de disparidades socioespaciais no interior das cidades. Essas disparidades contribuem para uma ação diferenciada do poder público. Nesse caso destaca-se a polícia, que tende a agir de maneira mais violenta e discriminatória nas áreas mais pobres das cidades, como revelam várias denúncias, dentre as quais o *Relatório sobre Direitos Humanos no Brasil*, da ONG Justiça Global, e o *Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos*, publicados em 2005. Surge, então, o grande desafio de difundir o reconhecimento do jovem não apenas como praticante de delitos mas também como vítima de violência. Principalmente os pobres e negros.

Segundo o relatório *Violência por Armas de Fogo no Brasil*, publicado pelo NEV no final de 2004, embora os níveis de violência tenham aumentado em todo o país, concentraram-se em determinadas áreas geográficas e grupos sociais, o que aponta para a existência não apenas de uma distribuição desigual do risco de ser vítima de violência como também para uma distribuição desigual dos direitos sociais e civis na sociedade brasileira.

Por outro lado, cabe reconhecer que as ações violentas não têm como ator central apenas a polícia e os demais órgãos de repressão. Cada vez mais, elas são produzidas pelos próprios jovens, em especial os integrantes de facções rivais que disputam entre si áreas de influência, mercado e poder. Esse fato amplifica a escala e a gravidade dos conflitos.

O envolvimento de crianças e adolescentes em práticas criminosas não é uma particularidade de países com acentuadas desigualdades sociais ou nos quais os direitos

sociais não estejam plenamente assegurados à população. As altas taxas de criminalidade juvenil em países como Estados Unidos, Canadá, Inglaterra, França, Alemanha e Itália demonstram a dificuldade de se estabelecer essa associação. Cabe, todavia, relativizar essa proposição, visto que em vários desses países a desigualdade social, embora bem menor que na América Latina, em especial no Brasil, cresceu nas últimas décadas, assim como os conflitos derivados do racismo e da perda de legitimidade de diversas instituições: partidos, sindicatos, escola, família e igrejas.

Uma recente pesquisa realizada pelo NEV,<sup>3</sup> da Universidade de São Paulo, apresenta algumas interpretações e constatações acerca do aumento da participação de jovens em crimes violentos. Ele conclui que, apesar do crescimento do número de adolescentes e jovens em atividades criminosas, eles são as principais vítimas dos diversos tipos de violência. A violência comunitária contra eles, por exemplo, só tem aumentado a cada ano.

### **Territórios demarcados**

Uma das principais causas da morte provocada ou sofrida pelos jovens é o fato de os grupos criminosos usarem a demarcação territorial como estratégia na disputa por poder. Os mecanismos utilizados por eles para estabelecer limites e demarcação de seus lugares e, por conseguinte, suas fronteiras reais e simbólicas, acabam definindo a sua própria identidade e seu campo de ação.

No Rio de Janeiro, por exemplo, a dominação de territórios populares por diferentes facções criminosas ligadas ao tráfico de drogas faz com que o jovem morador de uma comunidade sinta-se inibido de circular para além de seus limites. A marca simbólica da territorialização é tão forte que, mesmo sem fazer parte da rede social do tráfico, muitos jovens incorporam os códigos da facção dominante e estabelecem, a partir disso, a sua relação com a cidade e com o *outro*. Este pode ser aquele que não mora em sua comunidade ou em uma comunidade dominada por outra facção criminosa. Nesse caso, ele pode ser taxado de *alemão* e, assim, transformar-se em um inimigo, independentemente de seu envolvimento com a rede do tráfico. Portanto, todos são *alemães*, e, em nome disso, passíveis de sofrer violências de variadas ordens.

O aumento dos índices de violência sofrida e praticada por adolescentes e jovens está relacionado ao envolvimento com gangues, grupos criminosos e quadrilhas. Isso explica por que a violência comunitária, nos termos abordados nesse documento, se tornou nos últimos anos a principal forma de violência contra adolescentes e jovens no Brasil. Dentre essas formas de manifestação da violência, contudo, as ligadas aos grupos criminosos armados com domínio de território ganham maior dimensão na mídia e provocam maior impacto social.

A crescente vitimização dos jovens vem se caracterizando pela ampliação crescente da letalidade, fenômeno ligado ao aumento do uso de armas de fogo. A vitimização fatal é maior que a autoria de crimes violentos. Em São Paulo, no ano de 1991, para cada três jovens vítimas de homicídio havia um que era autor. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2000, 75% das mortes por

<sup>3</sup> Adorno, Sérgio; Bodini, Eliana B. T. & Lima, Renato Sérgio de. *O Adolescente e as Mudanças na Criminalidade Urbana*. São Paulo em Perspectiva, 13(4), 1999.

# VIOLÊNCIA NAS COMUNIDADES E NAS RUAS

## Taxas de Mortalidade das Pessoas de 15 a 24 Anos de Idade por Sexo e Causas Externas (por 100 mil hab.)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	TOTAL	Homens		TOTAL	Mulheres	
		Total	Homicídios Por Armas de fogo		Total	Homicídios Por Armas de fogo
Brasil	167,4	95,6	71,7	20,6	6,9	4,1
<b>Norte</b>	<b>112,7</b>	<b>60,4</b>	<b>30,9</b>	<b>16,6</b>	<b>4,8</b>	<b>2,3</b>
Acre	119,8	71,2	24,3	21,1	9,7	3,2
Amapá	233,6	153,2	30,6	11	1,8	1,8
Amazonas	123,6	74,5	35,3	16,3	5,4	1,6
Pará	78,3	39,5	24	11,9	3	1,6
Rondônia	172	84,7	52,4	26,8	8,9	4,8
Roraima	243,4	131,7	51,5	39,9	20	8,6
Tocantins	112,2	46,6	29,2	24,5	3,3	2,4
<b>Nordeste</b>	<b>126,6</b>	<b>65,1</b>	<b>50,7</b>	<b>16,2</b>	<b>5</b>	<b>3</b>
Alagoas	134,7	84,9	60,7	20,7	8,5	4,9
Bahia	99,2	29,3	21	14,8	3	1,4
Ceará	117,9	54,1	31,4	15,7	3,6	2
Maranhão	59,5	19,7	7,7	10,6	1,9	0,6
Paraíba	105,4	54,8	43,3	11,5	4,2	3,1
Pernambuco	262,7	198	179,5	26,3	13,4	9,7
Piauí	70,4	25,7	11,3	11,3	1,9	0,3
Rio Grande do Norte	114,5	24,6	17,6	13	2,5	1,1
Sergipe	144,5	73,1	53,1	17,7	3,7	1,6
<b>Sudeste</b>	<b>218,2</b>	<b>141,5</b>	<b>106,2</b>	<b>23,2</b>	<b>9,5</b>	<b>5,8</b>
Espírito Santo	225,3	152,8	121,7	28,5	13	7,9
Minas Gerais	93,1	39,9	32,3	16,1	4,2	2,2
Rio de Janeiro	285,5	205,1	181,6	23,2	11,8	8,9
São Paulo	255,9	168,4	114,6	26,2	10,9	6,3
<b>Sul</b>	<b>134,9</b>	<b>49,6</b>	<b>38,5</b>	<b>21,2</b>	<b>3,9</b>	<b>2,1</b>
Paraná	154,9	63	45,6	22,4	5	2,4
Rio Grande do Sul	126,9	54,3	46,9	19,7	3,5	2,1
Santa Catarina	113,2	17,3	10,5	21,7	2,6	1,6
<b>Centro-Oeste</b>	<b>174,1</b>	<b>89,7</b>	<b>73,2</b>	<b>27,8</b>	<b>8,5</b>	<b>5,3</b>
Distrito Federal	201,1	132,8	112,7	19,5	6,2	5
Goiás	154,2	66	52,9	29,5	9,5	5,6
Mato Grosso	192,7	98,6	77,5	24,9	6,2	3,5
Mato Grosso do Sul	170,6	91,1	76,1	37,1	11,7	6,8

Fonte: IBGE (2003).

homicídios de jovens do sexo masculino de 15 a 24 anos no Brasil foram provocadas por armas de fogo (*veja o quadro ao lado*).

Segundo o relatório *Violência por Armas de Fogo no Brasil*, do NEV, existe uma tendência de crescimento das taxas de mortalidade por armas de fogo no país em quatro regiões (com exceção da região Norte), em 19 estados e no Distrito Federal e em 19 capitais.

O estudo compreende um período de dez anos, de 1991 a 2000, e abrange todo o território nacional. Foram analisadas a distribuição e a evolução da mortalidade por armas de fogo nas cinco regiões do Brasil, assim como nos estados e capitais. A base do estudo foram os dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade do Ministério da Saúde.

Nos anos 1990, as armas de fogo mataram quase o mesmo número que os acidentes de trânsito no Brasil. Ao longo desse período, o número de mortes por armas de fogo cresceu substancialmente no país, superando, em 2000, as mortes por acidente de trânsito, passando a ocupar a primeira posição entre as causas externas de morte. Ao todo, as armas de fogo foram responsáveis por 265.975 mortes ocorridas na década, 24% do total de ocorrências por causas externas. Desse total, 82% foram homicídios, cerca de 5% foram suicídios, e 2% foram mortes acidentais; 11% das mortes por armas de fogo não tiveram a intencionalidade determinada e apenas 0,1% foi atribuída à intervenção legal.

O estudo destaca que a maior parte dos casos de morte por armas de fogo – assim como as taxas mais elevadas – concentra-se nas capitais, em especial na população jovem do sexo masculino. Na faixa etária de 15 a 19 anos, um homem apresenta uma chance 13 vezes maior do que uma mulher de morrer em decorrência de lesão por armas de fogo. Já na faixa etária de 20 a 29 anos, essa chance sobe para 20.

### **O orgulho de ser da turma**

Outro estudo do NEV, com dados de ocorrências policiais envolvendo adolescentes no município de São Paulo, entre 1988 e 1996, revela que houve uma diminuição de 29% dos crimes praticados individualmente e um aumento de 22% dos cometidos em parceria. É sustentada a hipótese de que esses crimes praticados com outros adolescentes e adultos relacionam-se a gangues e grupos criminosos. Cabe esclarecer, como demonstram estudos feitos no Rio de Janeiro com grupos de jovens da periferia e favelas, em particular as galeras,<sup>4</sup> que há diversas organizações juvenis que não têm como eixo de ação a prática de crimes. Essa observação auxilia na crítica à relação reducionista entre a criminalidade e os grupos de jovens da periferia. Além disso, cabe lembrar que as taxas de vitimização desse grupo são bem maiores que a taxa de criminalidade dessa faixa etária.

Em função dessa pluralidade, não há uma definição consensual de gangues e bandos juvenis no mundo da delinquência. Para Klein (1971), gangue é qualquer grupo de jovens percebido pelos habitantes de um bairro ou região como distinto, que se auto-identifique como tal, receba um nome próprio e peculiar e tenha cometido um apreciável número de infrações penais, a ponto de os habitantes locais e as autoridades encarregadas da preservação da ordem pública desenvolverem atitudes negativas de reprovação contra ele. Mas essas características não são consensuais entre os pesquisadores

<sup>4</sup> Destacam-se, nesse caso, estudos feitos por Hermano Vianna, Regina Novaes, Michel Misse e Alba Zaluar.

e a falta de parâmetros mais precisos dificulta a sistematização de informações a seu respeito, inclusive no que se refere à mensuração das infrações cometidas por jovens.

Estudos sobre bandos e quadrilhas têm sido realizados por alguns especialistas no Brasil. Alba Zaluar, no livro *Gangues, Galeras e Quadrilhas: Globalização, Juventude e Violência*, afirma acreditar que a emergência do crime organizado no Rio de Janeiro está ligada ao dismantelamento dos mecanismos tradicionais de socialização juvenil e das redes de sociabilidade local. Um processo agravado, ainda, pelo distanciamento nas relações entre pais e filhos. Para a autora, o movimento se espalhou a partir do Rio de Janeiro, onde os antigos grupos carnavalescos envolviam bairros, segmentos populacionais rivais, pessoas de várias gerações, famílias. Já hoje, o que predomina é a influência das redes sociais do tráfico, do funk (que não reúne gerações) e das igrejas pentecostais. Cenário que provocou a destruição de várias orga-

## **Estima-se que haja 10 mil crianças e jovens trabalhando no tráfico de drogas só no Rio de Janeiro, sendo que 50% a 60% deles trabalham armados, com funções de defesa**

nizações vicinais e a ruptura dos laços sociais no interior da família e na vizinhança, acentuando o isolamento e o individualismo.

Sobre esse processo, o estudo do NEV considera que o ingresso dos jovens no mundo do crime e sua ligação com bandos e quadrilhas são alimentados pela valorização extrema do consumo na ordem social atual. É um processo crescente de valorização do indivíduo, na condição de sujeito-consumidor, que, em termos simbólicos, tudo pode a partir da aquisição de bens. Cabe salientar que as agências de publicidade brasileiras, que se encontram entre as melhores do mundo, têm como seu público preferencial os jovens.

Segundo Alba Zaluar,<sup>5</sup> as quadrilhas e comandos são compostos de poucos membros, geralmente jovens. Têm como principais características os valores militares e aristocráticos, o machismo e a busca de enriquecimento rápido por meio de atividades ilegais/empresariais. Por sua vez, o estudo *O Diagnóstico Rápido sobre o Tráfico de Drogas*, realizado pela equipe do Observatório de Favelas, em 2001, a pedido da Organização Internacional do Trabalho (OIT), demonstrou que também deve ser considerado o forte sentimento de identidade e de orgulho por pertencer ao grupo para se entender o ingresso e a permanência desses jovens nessas organizações.

<sup>5</sup> Zaluar, Alba. "Gangues, Galeras e Quadrilhas: Globalização, Juventude e Violência". In Vianna, Hermano. *Galeras Cariocas: Territórios de Conflitos e Encontros Culturais*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 1997.

## Guerra de galeras

Existem outras formas de inserção violenta de adolescentes e jovens que não apresentam relação com o tráfico de drogas. A principal delas é a chamada “galera”, que diz respeito a grupos que estabelecem identidade a partir de estilos musicais, particularmente o *funk*. A maioria desses grupos é composta de estudantes e trabalhadores reunidos para tentar escapar da marca de “otário”, alguém que se submete a um salário baixo. Os grupos dão enorme importância à vestimenta, ao baile e às brigas com galeras rivais. Assim, marcam diferenças territoriais entre as comunidades e bairros. As galeras têm lideranças, mas não de forma instituída; também não têm regras explícitas ou rituais iniciáticos e não pretendem o enriquecimento dos seus membros por meio de práticas ilícitas. Mas da mesma forma que nos grupos criminosos armados, a identidade e o orgulho de pertencer a um grupo é um importante fator para o ingresso.

O culto à virilidade e o desejo de afirmação da identidade masculina, especialmente em função do contato com armas e a possibilidade de acesso a mulheres – devido a visibilidade, prestígio e acesso a bens de consumo mais caros – também são variáveis importantes no processo de ingresso no tráfico de drogas. As constatações acima, de Zalar, também aparecem na pesquisa do Observatório de Favelas.

Também em Brasília, São Paulo ou mesmo Cuiabá, há uma frequência de conflitos adolescentes de diferentes grupos sociais em locais de entretenimento e nas ruas, por onde circulam em grupo. Eles praticam agressões físicas contra inimigos, homossexuais, outros adolescentes ou mesmo contra moradores de rua. Tudo indica que a motivação dessas gangues seria a auto-afirmação, o racismo e/ou outras formas de preconceito. Existem ainda inúmeros casos registrados pela imprensa como vingança. Em geral, os confrontos e mortes são motivados por alguma rixa passada com grupos rivais.

## Crianças no tráfico de drogas

As principais pesquisas feitas sobre o fenômeno da participação de criança no tráfico de drogas foram realizadas no Rio de Janeiro, visto que nessa cidade pode ser percebida uma situação mais acentuada que em qualquer outra do país. Na 2ª Vara da Infância e da Juventude do Rio de Janeiro, por exemplo, 35,5% dos atos criminosos registrados em 2001 foram classificados como envolvimento com drogas. É o delito com maior percentual nesse local, assim como nos registros do Ministério da Justiça envolvendo maiores de 18 anos. Essa situação vai na contramão do quadro nacional, onde apenas 8,7% das crianças e adolescentes submetidos a medidas socioeducativas foram enquadrados nessa infração.

Dentre as pesquisas realizadas nessa cidade, destacam-se a do Observatório de Favelas, sob encomenda da OIT/IPEC; a da ONG Viva Rio; e a do Departamento de Ciências Sociais da Escola Nacional de Saúde Pública.<sup>6</sup> Todos os trabalhos foram qualitativos, devido à extrema dificuldade para dimensionar o número total de crianças e jovens empregados no tráfico de drogas. Estima-se que seja em torno de 10 mil só no Rio de Janeiro, sendo que 50% a 60% deles trabalham armados, com funções de defesa dos pontos-de-venda de drogas. Além de uma forte concentração de adolescentes entre 15 e 17 anos

<sup>6</sup> Cf. nota 8.

envolvidos em atos criminosos, os dados da 2ª Vara da Infância e da Juventude revelam que a idade média da criança empregada no tráfico está diminuindo.

Todas as pesquisas destacaram a mudança ocorrida, nos últimos anos, em relação à contratação de crianças pelo tráfico de drogas. Até a primeira metade da década de 1990, esse tipo de atitude não era uma estratégia disseminada. Pelo contrário. Muitos “chefes” *não* permitiam a entrada de crianças com menos de 18 anos por temer a desaprovação da comunidade e devido à inexperiência dos jovens para o trabalho e para o enfrentamento com a polícia ou com outras facções. A partir da segunda metade daquela década, porém, foram buscando pessoas cada vez mais novas. A necessidade de maior quantidade de empregados; a percepção da criança como um indivíduo singular, definido pela capacidade ou não de exercer o ofício; sua total disponibilidade para o grupo; a capacidade de receber ordens e cumpri-las sem questionamento e o custo menor da criança, em caso de prisão ou de extorsão da polícia, foram fatores que estimularam a contratação.

A criança, em seu ingresso, é dominada pela excitação, pela adrenalina – em seu novo cotidiano. Ela saboreia de forma bem mais intensa do que seus pares mais velhos a troca de tiros com a polícia ou com membros de outra facção e/ou a demonstração de força contra outros moradores. Por isso, muitas delas perdem a vida no primeiro ano de entrada no tráfico. A afirmação de que “quem sobrevive dois anos no tráfico, não morre mais”, embora não reflita uma verdade cabal, demonstra a necessidade de um tempo para incorporação de regras básicas de sobrevivência que as crianças recém-ingressas, muitas vezes, não têm possibilidades de adquirir.

### **Videogame, relógio, celular, carro...**

As pesquisas mostram características importantes do fenômeno da participação de crianças no tráfico de drogas. A capacidade de adquirir bens de consumo é um fator muito relevante para o ingresso do jovem nesse universo. Importância que só cresce com o passar do tempo, já que ele vai acumulando responsabilidades e acostumando-se com o acesso a padrões de consumo abundantes. O dinheiro também é um importante instrumento para garantir a liberdade, no caso de uma eventual prisão. A extorsão é uma prática comum entre policiais que lidam com o tráfico.

Chama a atenção o forte percentual de negros e pardos nesse universo. O índice, em torno de 90%, é quase o dobro de participação de ambos os grupos no total da população brasileira, que é de aproximadamente 45%. Isso provavelmente está relacionado à maior concentração dessas camadas nos espaços sociais populares e à marginalização da atividade, na qual acabam ingressando aqueles com menor oportunidade de ascensão no mercado de trabalho formal.

A origem familiar dos entrevistados com menos de 18 anos é a cidade do Rio de Janeiro, assim como a de seus pais. Uma maioria, no entanto, é neta de migrantes, em particular de nordestinos. Significa que estamos diante da terceira geração de migrantes, perfeitamente adaptada à cidade, mas marcada pelas dificuldades enfrentadas pelos pais e avós e pelas poucas oportunidades sociais. Dentre aqueles que declararam a renda, 80% têm pais que ganham até três salários mínimos, média de remuneração dos trabalhadores residentes em favela ou um pouco abaixo.

As categorias profissionais com maior *status* nas favelas – comerciantes e funcionários públicos, em particular – têm menos filhos envolvidos no tráfico do que aquelas que reúnem os ofícios com remuneração e qualificação inferiores. A atração do tráfico, portanto, atinge crianças de todos os segmentos sociais da favela, mas os mais pobres ingressam com mais frequência na atividade.

No que concerne à escolaridade, a maior parte dos pais possui o primeiro grau incompleto. Cabe ressaltar, todavia, que os indicadores escolares dos pais dos empregados no tráfico com mais de 18 anos são piores do que os dos pais das crianças. A inserção profissional do conjunto de pais, de qualquer forma, reflete ainda baixa escolaridade e salários reduzidos. Todos trabalhavam em atividades manuais de baixa qualificação, destacando-se o ofício de doméstica e o de operário da construção civil. A maior escolaridade dos pais não se refletiu, todavia, em uma maior escolaridade dos filhos. Os maiores de idade têm uma escolaridade maior do que os mais novos. Ou seja, as crianças estão saindo da escola mais cedo do que os seus pares com mais de 18 anos.

A inserção da criança no tráfico dificulta, das mais variadas formas, a sua permanência na escola. Mesmo quando gosta da instituição, como declararam entrevistados nas pesquisas destacadas, a rotina de trabalho e as atitudes exigidas na rede social do comércio de drogas impedem a permanência. Cabe salientar, porém, que a maioria das crianças empregadas no comércio ilícito não se interessava pelo campo educacional. Os principais pontos negativos, para elas, são o excesso de disciplina e, em menor medida, a postura da diretora da instituição. A dificuldade em aprender e a falta de significado do que é ensinado são outros pontos negativos assinalados, mas em menor quantidade.

O que fica evidente é o fato de a escola exigir um padrão de comportamento que está na contramão dos interesses da vida da criança naquele momento. O tráfico exige ação, movimento, disponibilidade, ficar ligado o tempo inteiro, enquanto a escola exige cumprimento de tarefas ordenadas e sistemáticas que utilizam habilidades cognitivas pouco exercitadas tradicionalmente. Assim, embora o ponto positivo da escola mais indicado seja o fato de nela se aprender coisas novas, as disposições exigidas pelo tráfico dificultam a realização dessa atividade de forma plena.

O trabalho dos professores foi apontado como o segundo ponto mais positivo da escola para as crianças. Por outro lado, o fato de não gostar dos professores foi o motivo mais alegado para justificar a sua saída. O fato revela, sem dúvida, a importância dos professores na dinâmica da escola, em particular para as crianças em situação de risco social.

### **Por que uns e não outros?**

Sobre os fatores responsáveis pelo ingresso de crianças no tráfico de drogas, as respostas variam de acordo com o grau, maior ou menor, de valorização do papel do indivíduo ou da estrutura social nas práticas desse. Crianças e jovens empregados no tráfico, usuários de drogas e familiares dos que se empregam no negócio apontam a opção individual como o elemento fundamental do ingresso. Assim, a identidade com o grupo, a adrenalina e, principalmente, o desejo de consumir seriam os fatores fundamentais para o ingresso da criança no comércio de drogas.

Os profissionais e lideranças comunitárias, os jovens não-usuários e, principalmente, os técnicos judiciários tendem a valorizar fatores externos ao indivíduo, como a pobreza ou a estrutura familiar. Os policiais, por sua vez, valorizam a estrutura, mas tendem a destacar também as características individuais como um fator relevante.

O ingresso no tráfico, assim como o não-ingresso, só pode ser interpretado em uma perspectiva plurifatorial. As trajetórias dos agentes dos diversos grupos sociais são encaminhadas a partir das influências recíprocas de suas características subjetivas e das redes sociais nas quais se inscrevem. Nesse sentido, a inserção em determinadas redes sociais – seja ela a família, a vizinhança, a igreja ou a escola –, a forma singular como se relacionam com os diversos grupos e com as próprias experiências, além dos valores fundamentais que norteiam a vida é que podem permitir uma melhor compreensão dos fatores que levam, por exemplo, uma criança a ingressar

## **A maior parte das medidas protetivas propostas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente ainda não é cumprida, o que prejudica qualquer avaliação sobre a sua efetividade**

no tráfico, enquanto seus irmãos são trabalhadores. As opiniões sobre as variáveis para o não-ingresso reforçam essa hipótese. A estrutura familiar, de qualquer forma, é vista como o elemento central para que a criança tenha condições de ter uma vida distante do caminho do tráfico.

Não é possível, no entanto, desconsiderar o medo de morrer como um forte fator de restrição do ingresso no tráfico. Essa variável é mais forte do que o medo da prisão. O fato deriva da estratégia de combate ao crime utilizada pela polícia carioca, sustentada basicamente no confronto armado, em detrimento do trabalho investigativo. Aliado à ação da polícia, o enfrentamento entre facções no Rio de Janeiro tem assumido um caráter cada vez mais bélico, com o uso de armamentos cada vez mais sofisticados. Assim, o número de assassinatos de crianças e jovens empregados no tráfico só tem aumentado na região metropolitana do Rio de Janeiro e tornou-se elemento comum no cotidiano dos moradores dos setores populares.

A condição legal do adolescente com menos de 18 anos apareceu como uma importante variável para a contratação de crianças no tráfico de drogas. Esse adolescente tem no comércio de drogas um dos poucos espaços nos quais tem condições de trabalho próximas às dos adultos. Os rendimentos recebidos são mais definidos pela função do que pela idade e, no caso, a possibilidade de ascensão não obedece, necessariamente, a cronologia. O uso da mão-de-obra infanto-juvenil é mais barato no caso da internação, pois como o tempo de privação de liberdade do ado-

lescente é menor, o valor cobrado em caso de extorsão também é menor. Da mesma forma, um menor tempo internado implica um menor tempo de auxílio para o trabalhador fora de atividade.

A definição de uma determinada idade como critério fundamental para a punibilidade criminal foi um avanço na luta pelo reconhecimento dos direitos das crianças e dos adolescentes no Brasil. O seu limite, no entanto, é que ele oferece poucos instrumentos para cercear o aumento do crime das crianças e dos adolescentes e, principalmente, a singularidade das práticas dessa categoria social. Como a lei sustenta-se na cronologia, há um forte limite para o reconhecimento do ato criminoso e para o reconhecimento do perfil do infrator.

O risco que se corre, na conjuntura atual, é que a falta de argumentos convincentes para justificar a diferença de tratamento judicial entre um adolescente de 17 anos, 11 meses e 29 dias e outro de 18 anos e 1 dia termine por favorecer a aprovação de leis que diminuam ou flexibilizem a idade passível de punibilidade criminal. A forma de diminuir a pressão pela antecipação da idade penal é apresentar dados que demonstrem a eficiência das políticas públicas voltadas para as crianças e os adolescentes infratores e/ou se maximize aquelas que vêm tendo maior êxito.

Caberia ressaltar também que um dos papéis fundamentais do Estatuto da Criança e do Adolescente é proteger esses cidadãos em todos os sentidos. No entanto, a maior parte das medidas protetivas propostas ainda não é cumprida, o que prejudica qualquer avaliação sobre a sua efetividade e/ou as suas limitações.

### **Sonho de mudar de vida**

A rede social do tráfico é um jogo intrincado, que se alimenta da própria particularização social que o constrói e ao qual está submetida. Quanto mais tempo na rede e maior *status* funcional, maior o temor de sofrer as conseqüências dessa inserção. Dessa forma, os empregados que estão na posição de gerente, por exemplo, acreditam que são demasiadamente conhecidos pelos inimigos naturais, a polícia e grupos rivais para se afastarem do tráfico. Afirmam que ninguém acreditaria na sua saída ou iriam querer se vingar de enfrentamentos passados. Diante disso, a maioria afirma que a saída da rede do tráfico só pode ocorrer caso consigam guardar um bom dinheiro e mudar para outra cidade ou estado. Como a dinâmica da vida no tráfico dificulta a acumulação, o afastamento da atividade permanece como um desejo quase nunca transformado em realidade. Isso ocorre apenas em função de algum evento exterior que o afaste da rede do tráfico algum tempo. A prisão é o caso mais comum.

No que diz respeito às alternativas para a saída da rede do tráfico de drogas, as crianças e os jovens empregados, assim como seus familiares, afirmam respostas individuais como alternativas fundamentais. Guardar um bom dinheiro, que permita a montagem de um bom negócio, de preferência em outro estado, é uma solução muito presente no imaginário dos empregados. Os familiares valorizam a conquista de um bom emprego, com remuneração próxima à alcançada no tráfico. O problema fundamental é que as práticas cotidianas de gestão dos rendimentos dificultam a acumulação, assim como acidentes de percurso comuns na rede do tráfico, em particular a prisão ou a extorsão. O fato gera um círculo vicioso difícil de ser rompido.

A conquista de um bom emprego, por sua vez, esbarra no fato de a maioria não possuir uma boa qualificação profissional ou grande escolaridade, além do próprio preconceito social derivado de sua inserção no tráfico. A crença romântica de que o encontro de uma garota honesta, que goste mais dele do que do padrão de consumo que o tráfico pode oferecer, é uma alternativa para a saída da rede do tráfico comum no imaginário dos adolescentes. A alternativa vai se diluindo com o tempo, pelo menos para os homens, mesmo quando encontram esse tipo de parceira. Isso porque o casamento traz uma série de exigências econômicas que dificulta a busca de outros caminhos profissionais.

O apoio do cônjuge, no entanto, não deve ser desprezado, tendo em vista sua importância no caso de uma prisão. Nesse caso, o peso da família aumenta e é possível a criação de alternativas, tendo em vista o afastamento do cotidiano do grupo e a precariedade das condições de vida no estabelecimento penal. Isso só ocorre, comumente, quando o preso tem uma estrutura familiar que o apoie e lhe apresente alternativas logísticas e profissionais. Na maioria das vezes, todavia, o ingresso na prisão aumenta a dependência e o pertencimento do empregado em relação à rede do tráfico.

### Recomendações

De forma geral, ainda há muito poucos dados que possibilitem estudar a fundo o fenômeno da violência comunitária. A melhor fonte são os registros de atos infracionais feitos pelas Varas da Infância e da Juventude de todo o país, ainda assim de difícil acesso e sem a padronização.<sup>7</sup> Mesmo os estudos recentes sobre o ingresso de crianças e adolescentes no tráfico de drogas, por serem baseados em abordagens metodológicas qualitativas e centrados em um território específico, não permitem uma visão global do fenômeno.<sup>8</sup> Por isso, seria ideal uma sistematização de dados sobre violência comunitária, de forma mais global, e uma melhor definição conceitual para, a partir daí, realizar a identificação e a análise das práticas dos grupos criminosos organizados, como gangues, facção, quadrilha e grupo de extermínio.

Ainda levando em conta o efetivo aumento da prática de violência entre os jovens, por um lado, e o aumento da violência letal, por outro, caberia um trabalho de

<sup>7</sup> Cf. estudo sobre dados da Vara de Adolescentes do Rio de Janeiro e sobre dados do Departamento Geral de Ações Sócio-Educativas do Rio de Janeiro. Sento-Sé, João Trajano. “Adolescentes em conflito com a lei. *Boletim Segurança e Cidadania*”, CESEC, 2002.

<sup>8</sup> Os referidos estudos são, na realidade, pesquisas exploratórias, baseadas em estudos de caso e em um público bastante restrito, inclusive espacialmente, visto que todos foram realizados no Rio de Janeiro. Apesar disso, são contribuições fundamentais para a compreensão do fenômeno, na medida em que inexistiam trabalhos do tipo até então. São eles: Silva, Jailson de Souza & Urani, André. *Crianças no Tráfico: Um Diagnóstico Rápido*. Brasília; Genebra: Organização Internacional do Trabalho, 2001; Dowdney, Luke. *Crianças do Tráfico: Um Estudo de Caso de Crianças em Violência Armada Organizada no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 7 Letras, 2003; Neto, Otávio Cruz; Moreira, Marcelo Rasga e Sucena, Luiz Fernando Mazzei. *Nem Soldados nem Inocentes: Juventude e Tráfico de Drogas no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2001; Há ainda um quarto estudo, do Instituto Brasileiro em Inovações em Saúde Social (Ibiss), que não foi publicado, intitulado *Mapeamento Exploração do Trabalho Infantil no Tráfico*, de 2002.

maior fôlego que buscasse identificar as relações entre os dois fenômenos, em especial o nível de causalidade entre eles e sua vinculação com outros possíveis fatores explicativos. A questão da violência da juventude e contra ela é disseminada pela mídia, geralmente de forma equivocada. No meio acadêmico, entretanto, ela ainda é trabalhada de forma pouco sistemática e/ou desarticulada. A promoção de seminários e workshops com especialistas no tema poderiam ajudar bastante.

Vale, portanto, recomendar algumas atitudes pontuais. Uma delas é a criação, em nível internacional, de um Índice de Mortalidade Juvenil. Ele agregaria os indicadores de mortalidade juvenil como parâmetro de desenvolvimento e certamente seria instrumento valioso para sensibilizar os órgãos estatais e a sociedade para o problema.

Importante, ainda, reconhecer o ciclo de vida da criança e do adolescente como base para a construção de uma política de intervenção e para a identificação do papel dos atores que participam do fenômeno. O ponto de partida seria identificar os mecanismos geradores do fenômeno e as vítimas potenciais em cada estágio da vida. Da mesma forma, as medidas de prevenção e de proteção precisam ser específicas para cada uma dessas fases.

A redução das situações de negligência e da punição corporal contra crianças pequenas é tão importante quanto atuar preventivamente na faixa dos 11 aos 14 anos. Ações como essa, podem, por exemplo, reduzir a mortalidade de adolescentes de 15 a 18 anos, já que as origens desse fenômeno também se encontram no processo de socialização adverso ao longo da história da criança. Isto é o que está sendo concluído em estudo recente lançado pelo UNICEF sobre a violência no ciclo de vida da criança em que se discute uma metodologia de abordagem e intervenção no enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes de 0 a 18 anos.

O ideal, portanto, é a identificação de metodologias e práticas coordenadas pelas instituições da sociedade civil e/ou do Estado, que possam ser replicadas em diversos tipos de situação e território, a partir da devida sistematização, análise e avaliação. Para isso, seria necessária uma maior articulação de vários núcleos e centros de pesquisa que tratam do fenômeno da violência, em suas diversas facetas. A articulação pode se materializar na criação de uma rede de estudos e monitoramento que tenha como objeto a violência contra a criança e o adolescente. A ela caberia coletar dados, propor interpretações, além de monitorar e avaliar as ações de combate às diversas formas de violência contra o público em pauta, tendo como recorte os ciclos de vida.

Também precisamos pensar na escola. Dentre todas as instituições que atuam com a criança e o adolescente, ela é a mais cotada para ser o centro de um sistema global de direitos, tendo em vista o potencial de suas unidades para funcionar como redes socioeducativas.

A escola precisa realizar, dentro de suas possibilidades objetivas, um diagnóstico sociocultural e econômico dos alunos e da comunidade na qual está inserida. Seu objetivo seria a identificação das características sociais e estratégias escolares básicas da família. A partir do mapeamento, caberia à instituição escolar criar instrumentos que permitam o alongamento gradativo da trajetória escolar dos alunos, com o devido acompanhamento. Para cumprir esse papel, a instituição precisa ampliar a in-

fluência da rede pedagógica sobre as práticas familiares, sem ignorá-las nem estigmatizá-las. A família é pensada como parte constitutiva do processo pedagógico e elemento fundamental para garantir o melhor desempenho do aluno.

A criação de estratégias voltadas para a prevenção da violência contra a criança e o adolescente seria, na perspectiva apontada, parte efetiva da prática dos profissionais de educação. Mas ela só poderá ocorrer caso sejam criados instrumentos de ligação com as instituições comunitárias locais, que funcionem como elementos de apoio às famílias e pressão sobre elas, por um lado, e sobre as estruturas administrativas superiores, por outro.

Uma iniciativa propícia ao estabelecimento de novas redes de solidariedade seria a criação ou ampliação progressiva da ação das associações de pais, para que tenham como objetivo incorporar os alunos à dinâmica escolar e à criação de laços de solidariedade entre suas famílias. Logo, a criação de programas de longo prazo voltados para a organização de grupos de pais e de prevenção da violência familiar seria uma forma de criar estruturas para a ampliação do papel socializador da escola, principalmente a pública.

Além da escola, outras forças institucionais devem se voltar para a ruptura efetiva da violência. A construção de um programa de ação integrado, voltado para a materialização de uma nova hegemonia nesse campo, exige, antes de tudo, a elaboração de novas formas de percepção do fenômeno das violências contra as crianças e, em especial, os adolescentes. Seu objetivo seria refletir sobre os resultados das es-

## Exemplos de experiências de enfrentamento

**Projeto Fica Vivo:** criado em 2002 por meio de parceria que envolve o Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública da Universidade Federal de Minas Gerais, a Secretaria Estadual de Defesa Social, Polícia Militar e Civil, Ministério Público e comunidade, o Fica Vivo tem o objetivo de reduzir os índices de homicídio entre jovens de 14 a 24 anos. A partir de estudo detectando as principais localidades em que os jovens são assassinados, um núcleo do projeto é instalado na comunidade, oferecendo mobilização comunitária, oficinas de esportes e cultura e atendimento em saúde. Atualmente, são 11 núcleos na região metropolitana de Belo Horizonte e dois no interior de Minas Gerais. Os resultados mostram uma queda na violência entre jovens nas regiões em que o projeto atua. Em

dois anos, os índices de homicídio entre jovens na comunidade de Morro das Pedras, a primeira a receber o projeto, foi reduzida em 47%.

**Centro de Estudos de Segurança e Cidadania, da Universidade Cândido Mendes (CESEC):** criado em abril de 2000, realiza pesquisas aplicadas, consultorias e atividades de treinamento nas áreas de segurança pública, justiça e sistema penitenciário. Seu principal compromisso é contribuir para a modernização e democratização do sistema brasileiro de justiça criminal.

**Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV/USP):** fundado em 1987, o NEV/USP busca a análise e a solução dos problemas

estratégias centradas na repressão ostensiva da venda e uso de drogas, associado ao enfrentamento bélico dos grupos criminosos armados. Adotada há décadas, essa estratégia só fortaleceu a expansão de uma rede que vem destruindo a sociabilidade nas grandes cidades, aumentando a violência letal contra as crianças e os adolescentes, além de aprofundar a corrupção e desorganização de variados setores do Estado. É extremamente necessário, ainda, instituir modelos de gestão integrados de segurança pública, nos quais se reúna atores ligados à prevenção primária e à garantia de direitos da criança e do adolescente em nível municipal. Tudo isso deve levar a uma estratégia de segurança pública cujo maior pressuposto seja a preservação da vida de todos os atores sociais, tanto os envolvidos diretamente em situações de conflito com a lei como aqueles que são atingidos pelas formas mais usuais de combate e de ação criminosa, como os moradores das periferias e favelas. Ou seja, as ações de prevenção e de inteligência deveriam ter prevalência sobre as ações de combate ostensivo e bélico.

Vale ainda se pensar na articulação, junto com outras instituições afins, de um programa nacional emergencial voltado para a redução da violência letal contra as crianças e contra os adolescentes. Esse programa deve conceder uma atenção especial aos jovens de famílias que, por exemplo, têm ou já tiveram integrantes empregados em grupos criminosos armados. No plano legal, cabe aprovar medidas que agravem as penas dos adultos responsáveis pela atração ou contratação de crianças e adolescentes para o tráfico de drogas.

ligados à questão da violência no país. Entre os temas pesquisados estão a impunidade penal, as políticas de segurança pública, a participação da comunidade na solução da violência e a visão da população em relação aos direitos humanos.

**Grupo de Estudo sobre Violência Urbana:** criado em 1999, em Belo Horizonte, Minas Gerais, por iniciativa de profissionais da área da saúde pública, da promoção social e do campo das pesquisas científicas, suas atividades são desenvolvidas por meio de seminários. O objetivo principal do grupo é melhorar a compreensão do fenômeno da violência, propor formas de prevenção de novos casos e aprimorar as ações das políticas públicas de atenção aos envolvidos.

**Crianças e Jovens em Violência Armada (COAV):** o projeto tem como principais objetivos identificar a existência de crianças envolvidas em grupos armados em regiões que não estão em guerra, produzir e divulgar informações, conscientizar a comunidade internacional e compartilhar soluções sobre o problema.

**Instituto Materno Infantil de Pernambuco (IMIP):** a mortalidade de adolescentes do sexo masculino entre 15 e 19 anos cresceu 617% na cidade de Recife nos últimos 17 anos. Preocupado com esse tema, o Instituto criou um grupo de estudos da violência. Seus pesquisadores estudam o assunto na perspectiva de prevenção aos agravos.